



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 547850 - MG (2019/0353409-7)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : LAIS FERNANDA REIS  
**ADVOGADO** : LAIS FERNANDA REIS - MG184391  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : FRANCISCO TEIXEIRA MARTINS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS A EMBASAR A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA. INSURGÊNCIA NÃO PREJUDICADA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXTREMA DEBILIDADE POR MOTIVO DE DOENÇA GRAVE E DA INCOMPATIBILIDADE ENTRE O TRATAMENTO MÉDICO E O ENCARCERAMENTO. NOVO CORONAVÍRUS. GRUPO DE RISCO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FRANCISCO TEIXEIRA MARTINS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no HC n.º 1.0000.19.102992-5/000.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 20/08/2019, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2.º, inciso II, na forma do art. 14, inciso II, e art. 121, § 2.º, incisos II e III, na forma do art. 14, inciso II, por duas vezes, todos do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva. Narra a peça acusatória que o Paciente tentou matar os três Ofendidos em razão do "*descontentamento do denunciado com crianças que brincavam na rua e com a posterior intervenção das vítimas para a defesa do direito dos infantes*" (fl. 55).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pelo Tribunal de origem (fls. 25-35).

Neste *writ*, alega a Defesa, em síntese, a inidoneidade dos fundamentos utilizados para decretar a custódia preventiva, tendo em vista a ausência dos requisitos autorizadores

previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e as condições pessoais favoráveis do Acusado.

Sustenta que "*houve a incidência do efeito jurídico previsto no artigo 64, I do CP, ou seja, decorridos mais de cinco anos desde a data da extinção da pena da condenação anterior, não é possível alargar a interpretação de modo a permitir o reconhecimento dos antecedentes criminais*" (fl. 9).

Argumenta que "[*é*] *desproporcional que um senhor de 76 anos seja impedido de aguardar o trâmite processual em liberdade. Nessa linha, o art. 318 do CPP permite que juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for extremamente debilitado por questões de saúde*" (fl. 18).

Defende a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Paciente ou a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

Solicita a intimação da data do julgamento deste writ, "*para fins de proceder a eventual sustentação oral na Tribunal*" (fl. 24).

O pedido liminar foi indeferido às fls. 120-121.

As informações foram prestadas às fls. 127-140 e 145-228.

A Impetrante apresentou novos documentos às fls. 231-240 e 244-256 e, às fls. 268-270, solicitou prioridade no julgamento deste writ "*em decorrência do nítido constrangimento ilegal e pelo fato do paciente idoso figurar no grupo de risco de contágio do coronavírus*" (fl. 268).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 259-264).

É o relatório. Decido.

Em 29/01/2020, foi **exarada decisão por meio da qual o Paciente foi pronunciado pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2.º, inciso II, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal – em relação à Vítima Uarlen Alves de Souza –, art. 121, § 2.º, incisos II e III, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, por duas vezes – contra as Vítimas Eni Alves de Souza e Uézio Aparecido Fernandes de Souza –, e art. 147, caput, do Código Penal**. O Juízo singular manteve a prisão cautelar nos seguintes termos (fl. 239):

*"O réu não poderá recorrer em liberdade, haja vista que ainda persistem os motivos que ensejaram sua prisão, notadamente a necessidade de garantia da ordem pública. Também tenho que não é possível conceder ao réu a prisão domiciliar, haja vista que, conforme consta das diversas decisões já proferidas nos autos, o acusado não apresenta nenhuma condição extraordinária que o impeça de permanecer acautelado no Presídio."*

Entendo que a superveniência de decisão de pronúncia, em que se nega ao acusado o direito de recorrer em liberdade com os **mesmos fundamentos utilizados**

anteriormente para justificar a prisão preventiva, sem agregar novos, não conduz à prejudicialidade da ação constitucional de *habeas corpus* ou do recurso ordinário em *habeas corpus* dirigidos contra decisão antecedente de constrição cautelar.

Nesse sentido:

"[...]

7. O advento de decisão de pronúncia não enseja a prejudicialidade do reclamo, no ponto relacionado à fundamentação da prisão preventiva, quando os fundamentos que levaram à manutenção do decreto foram os mesmos apontados por ocasião da decisão primeva. [...]" (HC 423.743/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018.)

"[...]

I. Nos casos em que, ao negar ao réu o direito de recorrer em liberdade, o Juízo sentenciante apenas faz remissão aos motivos que embasaram a ordem de prisão preventiva – como na espécie –, não há prejudicialidade no exame dos fundamentos da primeira decisão, porquanto a matéria já foi apreciada sob esse enfoque pela Corte de origem e, por isso mesmo, inexistente supressão de instância. [...]" (HC 445.167/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018.)

Com a mesma conclusão, cito julgado da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal:

"A Segunda Turma desta Corte firmou posição no sentido de que a superveniência de decisão de mérito em que, pelos mesmos fundamentos, resta mantida a tutela cautelar, não acarreta, por si só, a prejudicialidade da impetração formalizada no âmbito do STF." (RHC 144.295, Rel. Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, publicado em 01/03/2018.)

Assim, no caso, não há óbice à análise de mérito da prisão preventiva, porquanto não houve inovação na decisão de pronúncia, já que o Magistrado de primeiro grau consignou que o Réu não faz jus ao reconhecimento do direito de recorrer em liberdade, pois **ausentes elementos hábeis a comprovar a alteração dos pressupostos fáticos e jurídicos que deram supedâneo à prisão preventiva.**

Feita essa observação, transcrevo a fundamentação utilizada pelo Juízo de primeiro grau para justificar a necessidade da custódia preventiva do Paciente (fl. 51; grifos diversos do original):

"No caso em tela, verifico **a necessidade da prisão** (para garantia da ordem pública), bem como o fato de que a mesma se encontra adequada à **gravidade do crime e às circunstâncias do fato**, sendo insuficiente a sua substituição por qualquer outra medida cautelar.

Segundo o depoimento do condutor(a) do flagrante, **FELLIPE ALEXANDRE GUIMARÃES MENDES**, 'que durante a operação batida polícia, o plantão da 260 cia pm recebeu ligações relatando que **havia duas pessoas baleadas** na rua borda gato nº 274, e que **o autor conhecido como 'Chico Bravo'** estava nas proximidades **armado com um revólver**; que, de imediato foi deslocado ao endereço e ao chegar foi informado que as vítimas foram socorridas por terceiros e que o autor estava armado dentro da residência de número 264; que, foi solicitado apoio e feito o adentramento na casa com cautela; que, foi avistado o Sr. Francisco saindo de dentro da casa; que, foi dado ordens de parada e

para colocar as mãos na cabeça; que, ele atendeu as ordens emanadas e disse que a arma estava em cima da mesa na sala; que, foi feito buscas na casa e encontrado um revólver calibre .38 em cima da mesa; que, questionado o Francisco mais armas na casa e ele relatou que havia munições dentro de um fogão; que foi realizada busca no fogão sendo encontradas quatro cápsulas vazias deflagradas e das munições percutidas não deflagradas; que, em conversa com o Sr. Francisco, **este relatou que vem tendo problemas com os vizinhos por causa de crianças soltando pipa na rua**, que nesta data por volta das 10 horas da manhã discutiu com a vizinha 'Eni', que por volta das 17 horas o filho dela 'Uarlen' chegou do serviço discutiu novamente com ele e portava uma barra de ferro, que **pegou uma foice e a discussão continuou acalorada, que buscou dentro da casa o revólver e disparou contra eles atingindo as vítimas 'Eni e Uerzio'(...)**

*Trata-se de imputação ao crime de homicídio tentado, cuja pena abstrata máxima é de 20 anos de reclusão.*

*De todo modo, os depoimentos colhidos no APFD indicam, preservado o princípio constitucional da não culpabilidade, que o flagranteado está envolvido em fatos graves, que trazem presumida a periculosidade social, exigindo postura enérgica do Poder Público no seu enfrentamento.*

*Ademais, a CAC e FAC constante nos autos demonstra que o flagranteado possui personalidade voltada para a prática de crimes.*

*Tais circunstâncias, justificam a prisão do investigado com fundamento no artigo 312 do CPP.*

*Nesse cenário, não se vislumbra a suficiência na aplicação de outras medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal alternativas à prisão, uma vez que insuficientes para conter o ímpeto criminoso já evidenciado pela detida, sendo de rigor, assim, a conversão da prisão em flagrante em preventiva, para garantia da ordem pública.*

*Com estas considerações, converto a prisão em flagrante do autuado em preventiva."*

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a prisão cautelar nos seguintes termos (fls. 30-31; sem grifos no original):

*"No tocante ao periculum libertatis, verifico que o crime descrito na exordial acusatória é de notória gravidade e que o modus operandi demonstra a periculosidade do Paciente.*

*O acusado confirma que tentou atingir uma das vítimas com uma 'foiçada', alegando ainda que comprou a arma para defender-se dos seus vizinhos, pois o mal estar entre eles já vem de longa data (Ordem 03, fl. 07/08).*

*Tais fatores revelam indícios do animus necandi bem como o risco de reiteração delitiva caso admitida a liberação do Paciente.*

*Salienta-se que a Certidão de Antecedentes Criminais do denunciado demonstra que se trata de sujeito voltado à prática criminosa (Ordem 07, fls. 50/54).*

*Assim sendo, tenho que a decisão da douta magistrada a quo revela-se acertada e está lastreada em elementos concretos, extraídos das informações e provas contidas nos autos, suficientes a demonstrar a necessidade de garantia da ordem pública."*

Verifica-se que a custódia provisória foi decretada em razão da necessidade de se resguardar a ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta da conduta, em especial pelo *modus operandi* empregado: em razão de suposto desentendimento com alguns vizinhos, o Acusado, agindo com *animus necandi*, realizou, com o emprego de uma foice, diversos golpes em direção a um dos Ofendidos, não se consumando o delito por circunstâncias alheias à sua

vontade; no mesmo dia, efetuou diversos disparos de arma de fogo contra outras duas Vítimas, que foram atingidas, mas sobreviveram, o que justifica a segregação cautelar.

Nesse sentido:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NEGATIVA DE LIBERDADE. FUNDAMENTOS DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA MANTIDOS. AUSÊNCIA DE NOVO TÍTULO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PERICULOSIDADE SOCIAL. PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

[...]

*5. Caso em que a prisão preventiva foi decretada para garantia da ordem pública em razão da periculosidade social do paciente, evidenciada pela gravidade concreta do crime imputado, patente no modus operandi, uma vez que, em tese, teria atentado contra a vida das vítimas, mulheres desarmadas, desferindo golpes de faca, em local público, após uma discussão.*

[...]

8. Habeas corpus *não conhecido*." (HC 546.618/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 14/02/2020; sem grifos no original.)

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE SOCIAL. REITERAÇÃO DELITIVA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. Esta Corte possui entendimento no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no modus operandi do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta.*

[...]

4. *Agravo regimental improvido*." (AgRg no HC 517.221/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 09/12/2019; sem grifos no original.)

O Juízo singular também justificou a prisão preventiva do Paciente em razão do **risco concreto de reiteração delitiva**, ao fundamento de que *"a CAC e FAC constante nos autos demonstra que o flagrantado possui personalidade voltada para a prática de crimes"* (fl. 51), o que corrobora a necessidade da prisão preventiva. Consta da folha de antecedentes criminais que o Acusado já cumpriu pena pela prática do crime do art. 14 da Lei n.º 10.826/2003.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. AGRAVANTE QUE OSTENTA MAUS ANTECEDENTES EM RAZÃO DE PRÉVIA CONDENAÇÃO PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO REGIMENTAL*

DESPROVIDO.

[...]

*V - Essa Corte Superior firmou entendimento no sentido de que 'condenação anterior transitada em julgado, alcançada pelo prazo depurador de cinco anos previsto no art. 64, I, do Código Penal, não produz os efeitos da reincidência, mas configura maus antecedentes e é hábil a justificar a necessidade da prisão preventiva, para fins de garantia da ordem pública (risco concreto de reiteração delitiva)' (HC n. 486.606/ES, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 1º/03/2019). Precedentes.*

[...]

*Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no HC 489.039/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019; sem grifos no original.)

De outra parte, a concessão da prisão domiciliar em razão de debilidade da saúde do preso depende da configuração dos requisitos do art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o encarcerado sofre de doença grave e não possui condições de receber tratamento adequado na instituição prisional onde se encontre.

No caso, a negativa de concessão da prisão domiciliar não se mostra desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada na observação de que o Paciente não comprovou a gravidade do seu estado de saúde e a impossibilidade de tratamento durante o encarceramento. O Tribunal local consignou que *"a maior parte dos documentos colacionados pelo impetrante não são atuais, e não demonstram que o Paciente se encontra extremamente debilitado por conta de sua doença [...] não se deduz que o estabelecimento prisional vem deixando de prestar a devida assistência médica ao custodiado"* (fl. 253).

Nesse sentido, cito a seguinte jurisprudência:

*"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. ESTABELECIMENTO COM CONDIÇÕES DE PRESTAR A ASSISTÊNCIA NECESSÁRIA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

[...]

*2. A situação de extrema debilitação por doença grave, como medida excepcional justificadora da prisão domiciliar, deve ser demonstrada de plano, mediante a apresentação de documentos e laudos médicos que comprovem a ineficiência e a inadequação estatais no tratamento de saúde prestado no sistema prisional.*

*3. Não está demonstrada a suposta incompatibilidade entre o tratamento necessário ao recorrente e sua manutenção no estabelecimento prisional, sobretudo porque as instâncias ordinárias foram firmes ao asseverar que ele tem recebido o tratamento cabível, está em uso de medicação de uso contínuo e foi efetuada solicitação de atendimento na UPA.*

*4. Recurso não provido.*" (RHC 117.262/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019; sem grifos no original.)

*"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO*

CONCRETA. GRAVIDADE DO CRIME. PERICULOSIDADE DO AGENTE. VINCULAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. NÃO CABIMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

3. *No que se refere à prisão domiciliar, o Tribunal de justiça considerou que apesar do recorrente ser portador de doença cardíaca e diabetes, não restou comprovado que o estabelecimento penal em que se encontra recolhido não possui meios de lhe prestar a devida assistência médica, não ficando evidenciada a situação descrita no parágrafo único do art. 318, II, do Código de Processo Penal - CPP. Do mesmo modo, como consignado pelo Tribunal a quo, os atestados médicos juntados aos autos demonstram que o recorrente 'ostenta esse quadro de saúde há alguns anos, o que não impediu de atuar ativamente na empreitada criminosa' (fl. 3168).*

[...]

*Recurso ordinário desprovido.*" (RHC 90.277/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 06/04/2018; sem grifos no original.)

Quanto à alegação de que o Réu possui 77 (setenta e sete) anos de idade e figura no grupo de risco para desenvolver sintomas mais graves em razão de eventual infecção pelo novo coronavírus, essa questão deve ser dirigida ao Juízo singular. Desse modo, esta Corte Superior não pode se manifestar originariamente sobre a excepcional situação superveniente, sob pena de supressão de instância.

Por fim, inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta do delito demonstra serem insuficientes para acautelar a ordem pública (HC 550.688/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 17/03/2020; e HC 558.099/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 05/03/2020).

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do writ e, nessa extensão, DENEGO a ordem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora